

Orçamento para 2019 prevê mínimo de R\$ 1.006

Objetivo é reduzir déficit do Petros. Migração será voluntária, mas trabalhadores temem perdas

DA BLOOMBERG NEWS

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou ontem um novo plano de aposentadoria para seus funcionários, com a estatal tentando lidar com os crescentes déficits em seu fundo de pensão e com a irritação cada vez maior dos empregados. A inscrição no novo plano será voluntária. A Petros, o fundo que administra as aposentadorias dos trabalhadores da estatal, mostrou risco de insolvência e falta de liquidez a médio prazo, informou a Petrobras em comunicado.

Já os sindicatos dos trabalhadores da indústria petrolífera temem mais perdas para os empregados da estatal, cujas contribuições subiram no ano passado para cobrir o déficit do fundo de pensão, de R\$ 17,7 bilhões. —

O plano do ano passado para resolver o déficit já era insuportável para os trabalhadores — disse Paulo Brandão, membro do conselho fiscal da Petros.

—Este é ainda pior. Segundo ele, os detalhes não estão claros, e a implementação do plano levaria meses. O novo plano será, a

exemplo do que já havia sido feito em 2017, de contribuição definida. Ou seja, o valor da aposentadoria dependerá do saldo acumulado. Os planos antigos são de benefício definido. Em nota, a Petros informou que "cumpre seu papel de avaliar tecnicamente as alternativas apresentadas por seus participantes e patrocinadores, dentro do marco legal existente." Representantes da Petrobras não comentaram.

ESTATAL VERSUS
SINDICATOS

O argumento da estatal é que os funcionários têm uma parcela de culpa pelos déficits recorrentes, porque recorreram à Justiça para suspender a contribuição extra — 55% obtiveram decisão favorável. Já os sindicatos afirmam que a empresa está forçando os trabalhadores a arcarem com a conta dos maus investimentos feitos com suas economias.

No ano passado, a Petros informou que 60% do déficit decorrem de participações em empresas que se tornaram alvo de investigações por corrupção, além da recessão que atingiu o país. Os outros 40% se devem à maior expectativa de vida dos brasileiros. O novo plano ainda precisa ser aprovado pelas autoridades reguladoras.

Bolsonaro recebe Orçamento com pendência

Texto prevê insuficiência de R\$ 249 bi para cumprir regra de ouro, e Congresso terá de aprovar créditos suplementares

Bernardo Caram

O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (19) o Orçamento de 2019. O texto, que vai à sanção presidencial, define as receitas e os gastos do governo federal no primeiro ano do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Informalmente, a aprovação dá início ao recesso dos parlamentares, agora em fim de mandato. Não há mais sessões agendadas para este ano. Oficialmente, a folga começa no dia 23.

O texto aprovado prevê um total de R\$ 3,381 trilhões em despesas no ano que vem. Pela proposta, a União fechará 2019 com déficit primário de R\$ 139 bilhões, resultado igual à meta fiscal estabelecida para o ano.

Ainda assim, o futuro presidente terá de lidar com outro rombo nas contas. Isso porque a chamada regra de ouro, prevista na Constituição, proíbe que o governo se endivide para pagar despesas correntes, como salários e custos de manutenção.

Nesse ponto, o Orçamento do ano que vem ficou com uma insuficiência de R\$ 248,9 bilhões, o que significa que as despesas do dia a dia vão superar as operações de crédito nesse montante.

Para cobrir o buraco, despesas ficarão condicionadas ao aval do Congresso e vão exigir aprovação de créditos suplementares, uma exceção prevista na Constituição.

Só assim será possível honrar com o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais, programas de subsídios e até o Bolsa Família.

No projeto aprovado, R\$ 6,5 bilhões para o Bolsa Família e R\$ 201,7 bilhões para benefícios previdenciários ficaram condicionados à futura aprovação de crédito suplementar pelos deputados e senadores.

Ponto criticado pela equipe econômica de Bolsonaro, a concessão de benefícios fiscais vai somar R\$ 376 bilhões no ano que vem.

De acordo com a Consultoria de Orçamento da Câmara, esse valor equivale a 21% da arrecadação.

Segundo o relator do texto,

senador Waldemir Moka (MDB-MS), o adiamento do reajuste de servidores federais não está previsto no texto. Foram mantidos R\$ 4,7 bilhões para esse propósito.

O valor foi colocado no texto porque o adiamento depende de aprovação de medida provisória no Congresso e também é questionado na Justiça.

Também nesta quarta-feira, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou, em decisão liminar, que o governo não adie o reajuste e pague os aumentos salariais já em 2019.

Na versão final aprovada do Orçamento, também foi incluída a despesa de R\$ 600 milhões para o pagamento de reajuste salarial a agentes comunitários de saúde. O aumento foi vetado pelo presidente Michel Temer, mas o veto acabou derrubado pelo Congresso.

Na proposta, o valor do salário mínimo para 2019 ficou definido em R\$ 1.006,00, um reajuste de 5,45%. A taxa é definida pela variação da inflação em 2018 e o crescimento do PIB de 2017.

O valor final será definido em janeiro.

Novo governo cobra R\$ 100 bi do BNDES

Cronograma de pagamentos do banco previa devolução de R\$ 26 bi em 2019; equipe econômica diz que medida pode reduzir dívida pública

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, quer a devolução de R\$ 100 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional já em 2019. A medida, defende a nova equipe econômica, vai reduzir mais rapidamente o estoque da dívida pública. O valor a ser acertado já começou a ser negociado pela equipe de transição com o futuro presidente do BNDES, Joaquim Levy. Foi ele quem deu o pontapé inicial na política de devolução dos empréstimos em 2015, quando ocupou o cargo de ministro da Fazenda.

Mas, à frente do BNDES, tem preocupação com o comprometimento que a devolução pode provocar na capacidade do banco de fazer novos desembolsos. O banco de fomento tem ainda uma dívida de R\$ 260 bilhões para pagar ao Tesouro e tinha acertado um cronograma de devolução que prevê uma parcela de R\$ 26 bilhões no ano que vem. O acerto final do montante adicional a ser pago antecipadamente dependerá, porém, da evolução dos desembolsos de empréstimos, na avaliação da área técnica do banco.

A dívida do BNDES com o Tesouro tem origem nos empréstimos de R\$ 500 bilhões que o banco recebeu da União durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e que foram responsáveis pela explosão da dívida pública. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, técnicos do BNDES já tinham sinalizado que haveria espaço maior para a devolução no ano que vem, mas o volume demandado é maior que o cogitado inicialmente pelo banco. Empréstimos.

No quadro atual, a avaliação é de que o BNDES teria condições de ampliar em mais R\$ 50 bilhões a devolução, se o desembolso de empréstimos do banco a empresas não ultrapassar R\$ 80 bilhões em 2019. Nesse cenário, a equipe técnica trabalhava com a possibilidade de devolver R\$ 76 bilhões. Para ampliar o pagamento, seria necessário um quadro mais favorável para venda de ações que o banco detém e de pré-pagamento das empresas dos empréstimos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que corrige os financiamentos antigos do banco.

Em 2018, as empresas pagaram antecipadamente R\$ 25 bilhões ao BNDES por seus financiamentos. Em 2019, a expectativa é de que, com um cenário de queda de juros, o pré-pagamento poderia chegar a R\$ 20

bilhões. A perspectiva de melhora da Bolsa no ano que vem também favoreceria uma venda maior das ações do banco. Neste ano, a venda deve fechar em R\$ 10 bilhões. Até agora, o BNDES já devolveu R\$ 309 bilhões, o que ajudou a reduzir a dívida bruta do governo, um dos principais indicadores de sustentabilidade da dívida pública.

Pelas projeções do Tesouro Nacional, a dívida bruta do governo vai entrar numa rota de crescimento até chegar ao pico de 81% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. O cenário seria pior se não fossem as devoluções antecipadas dos empréstimos. Os dados mostram que as devoluções já feitas pelo banco e as acertadas com o BNDES para os próximos anos vão permitir uma redução de 9 pontos percentuais da dívida bruta até 2027.

Sem esse cronograma de pagamento, a dívida chegaria em 2027 ao patamar de 82,2% do PIB, considerado já explosivo, de acordo com os padrões internacionais de avaliação de sustentabilidade para países emergentes, como o Brasil. Se houver um pagamento adicional no ano que vem, o endividamento poderá cair mais rapidamente do que se fossem consideradas as privatizações para abater a dívida – processo bem mais demorado. Procurado, o BNDES não quis comentar o assunto. A equipe de transição não respondeu os questionamentos da reportagem.

Com novo Orçamento, mínimo vai a R\$ 1006

» GABRIELA VINHAL

Em votação simbólica, o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019 foi aprovado ontem, em uma sessão do Congresso Nacional, conjunta de deputados e senadores. O texto do relator-geral, senador Waldemir Moka (MDB-MS), prevê até R\$ 3,381 trilhões em receitas e despesas para o ano que vem. Agora, a matéria segue para sanção presidencial. Na prática, o prazo final de promulgação é janeiro, ou seja, pode ser que a palavra final fique nas mãos do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Durante a sessão, apenas algumas lideranças da oposição se posicionaram contrárias ao projeto, que já havia sido discutido e acordado na semana passada, pelos integrantes da Comissão Mista do Orçamento (CMO). Em discurso no plenário, Moka ressaltou que manteve as mesmas projeções de receita, de crescimento e de meta fiscal apresentadas pelo governo de Michel Temer. "Pela primeira vez, o Orçamento não colocou nenhum real a mais de estimativa de receita", destacou.

O texto aprovado é baseado na estrutura atual da União. Ou seja, por causa da reforma ministerial arquitetada por Bolsonaro — o presidente eleito diminuiu de 29 para 22 pastas do Executivo —, estão sendo previstos reajustes ao projeto. A equipe econômica, comandada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que parte do remanejamento poderá ser redirecionado aos órgãos que foram adaptados, em um esquema de "de/para".

O salário mínimo para o ano que vem ficou definido no Orça-

Waldemir Barreto/CB/D.A Press



Projeto foi aprovado em votação simbólica, em sessão conjunta do Cong



Pela primeira vez, o Orçamento não colocou nenhum real a mais de estimativa de receita"

Waldemir Moka,
senador (MDB-MS) e
relator-geral do Orçamento

mento em R\$ 1.006 — reajuste de 5,45%. O limite de rombo nas contas públicas é R\$ 139 bilhões, o equivalente a 1,9% do PIB. Será o sexto ano consecutivo que os cofres públicos ficarão no vermelho. Entretanto, segundo as últimas projeções do mercado, divulgadas no Prisma Fiscal de dezembro, do Ministério da Fazenda, a expectativa dos economistas é de que o governo federal termine o ano com um rombo de R\$ 100 bilhões, ou seja, R\$ 39 bilhões a menos do que o previsto no Orçamento.





gresso Nacional, com deputados e senadores, sob críticas da oposição

A proposta para 2019 inclui também as despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar para evitar o descumprimento da regra de ouro, que proíbe que o governo se endivide para cobrir despesas de custeio de pessoal. O governo precisaria, inicialmente, de 258,2 bilhões. No entanto, o relator do texto diminuiu para R\$ 248,9 bilhões o valor do montante extra que o Executivo poderá pedir ao Congresso Nacional.

Para o refinanciamento da dívida pública, o texto destina R\$

758,7 bilhões. Do dinheiro restante, R\$ 2,5 trilhões devem ser direcionados aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 155,8 bilhões, para investimentos públicos, dos quais R\$ 119,6 bilhões correspondem ao orçamento das estatais. Os demais órgãos públicos vão investir R\$ 36,2 bilhões. As despesas com a Previdência lideram o Orçamento para o ano que vem, com R\$ 637,9 bilhões. Gastos com pessoal são de R\$ 351,4 bilhões.

O projeto mantém orçamento para reajuste de servidores

ativos e inativos do Executivo no próximo ano, previstos em leis de 2016 e 2017. O montante aprovado para a mudança é de R\$ 4,7 bilhões. Ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski determinou, em decisão liminar, que o governo não adie o reajuste a servidores em 2019, como estava previsto em uma medida provisória 849, aprovada em setembro deste ano.

Para o programa Mais Médicos, que recentemente causou polêmica com a saída dos profissionais cubanos do país, há R\$ 3,7 bilhões no ano que vem. Já para o programa Minha Casa, Minha Vida, a dotação será de R\$ 4,6 bilhões. Para o Bolsa-Família, ficou previsto para 2019 o montante de até R\$ 29,5 bilhões, que atende 13,6 milhões de família. Contudo, o texto diminuiu o valor para R\$ 5,7 bilhões, para a medida que está condicionada à aprovação de créditos. "Assim, a parcela que não está autorizada para execução após a publicação do Orçamento é reduzida", explicou o relator.

O Orçamento para 2019 prevê também recursos de R\$ 600 milhões para pagar o piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. A proposta determina ainda o montante de R\$ 927,7 milhões para o Fundo Partidário, verba pública destinada à manutenção das legendas — R\$ 39 milhões a mais que a verba prevista para este ano, que era de R\$ 888,7 milhões.

Para todos os valores estipulados pelo relator do projeto, foram considerados parâmetros econômicos de 2,5% para o crescimento do PIB; inflação de 4,25%; taxa Selic de 8,0% e dólar a R\$ 3,66.